

50 ANOS DE INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS: ESTADO E AUTORIDADES TRADICIONAIS

Eduardo Costa Dias

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Este texto trata da evolução das relações, na África Subsaariana, entre o Estado Pós-colonial e as estruturas políticas ditas tradicionais, correntemente chamadas simplesmente Autoridades Tradicionais¹. Inseridos, a par de outras estruturas, no campo político pós colonial – um campo plural, poroso e frequentemente com fortes dimensões de informalidade nas relações entre as várias partes (espaços políticos) que o compõem, Estado e Autoridades Tradicionais têm, ao longo dos últimos cinquenta anos, conforme o contexto e a conjuntura, a par das perdas e ganhos de protagonismo de um e outro, alternado o tipo e o nível das suas relações.

O Estado, ideologicamente deificado e na prática todo poderoso nos primeiros anos das independências, tem vindo sistematicamente, sem perder nunca o carácter autoritário que o caracteriza desde os tempos coloniais², a deslegitimar-se e, conseqüentemente, a perder

¹ Neste texto, apesar de se considerar que não se trata de um simples trocadilho mas sim, entre outros aspectos, de uma posição arreigada de não reconhecimento às estruturas políticas tradicionais de dignidade igual, por exemplo, à do Estado, para evitarmos criar uma lateralidade explicativa que directamente pouco tem a ver com o assunto estrito nele tratado, utilizaremos, por comodidade, o termo Autoridades Tradicionais. Ver, por exemplo, uma oportuna chamada de atenção em Florêncio (1998:2) e bons debates sobre a questão, em Englebert (2009), Herbst (2000) e Nieuwaal (2000).

² Muito embora em várias regiões existisse uma longa história de estruturas políticas centralizadas e mesmo muitas dotadas, por exemplo, de complexos dispositivos administrativos, o Estado, no sentido que tomou na Europa desde finais da Idade Média, só aparece na África Subsaariana com a implementação do Estado Colonial; foge a esta lógica a Etiópia que, devido aos contactos religiosos e políticos seguidos

boa parte da margem de manobra e da centralidade que tinha no campo político; pelo contrário, as Autoridades Tradicionais vítimas de opróbrio quase generalizado em África ainda em meados década de 1980 gozam hoje de um estatuto de notoriedade inimaginável nas primeiras décadas das independências. Ao invés do jogo do balancé em que o jogador mais leve tem (mais) dificuldade em elevar o outro, no braço de ferro entre Estado e Autoridades Tradicionais, a perda de peso de um resulta normalmente na maior notoriedade do outro!

Duas ideias centrais que, em certas dimensões de análise, convergem entre si, estruturam a organização da argumentação neste texto:

- a natureza e as funções dos campos políticos africanos afastam-se em várias dimensões dos mesmos campos em outros contextos sócio-culturais, nomeadamente dos das ex-metrópoles;
- o Estado africano contemporâneo, ao contrário do ocorrido no passado com o Estado Colonial e nas primeiras décadas das independências, não é nem o único, nem mesmo, em algumas situações, tendencialmente o principal motor da reorganização dos campos políticos africanos.

Uma terceira ideia, melhor uma constatação retirada da experiência de cinquenta anos de independências: a alteração da situação motivada pelas independências até agora em pouco ainda modificou o núcleo duro da lógica de dominação colonial em termos de relacionamento entre os espaços (as partes) modernos (Estado) e tradicionais. Tudo isto, apesar da onda de mudança que indiscutivelmente conhecem as sociedades africanas, incluindo as que se dão a ver com aparecimentos de novos agentes políticos de cariz modernizante.

com os países europeus de dominante religiosa ortodoxa, desde cedo acompanhou os movimentos que ocorreram na Europa de construção de estruturas estatais (Gascon, 2009). Sobre a questão da natureza das estruturas políticas subsaarianas antes da colonização – uma questão muito debatida nos anos 1980 e 1990, ver, entre outros, Sardan (1994), Young (1997) e Bayart (1996); sobre o carácter autoritário do Estado em África – uma discussão também muito em voga nos anos atrás indicados, ver, por exemplo, Bayart, Ellis, e Hibou (1997), Le Roy e Trotha (1993) Ranger e Vaughan (1993).

Só muito lentamente o Estado se vai desfazendo do dualismo herdado da época colonial

De facto, passados cinquenta anos sobre as independências, na generalidade dos países africanos, o Estado, marcado por recorrentes crises económicas e sociais, pelo insucesso na promoção de desenvolvimento equitativo e sustentável e pelo generalizado fracasso da democratização do seu funcionamento, não só muito lentamente se vai desfazendo do dualismo herdado da época colonial como, ainda, não conseguiu impor a multi-etnicidade e laicidade ao conjunto da comunidade nacional que está na origem da própria ideia de Estado moderno.

Na realidade, **muito embora as independências**, nomeadamente através da imigração de elementos do quadro tradicional para o do Estado e da efectiva maior proximidade cultural entre muitos dos seus novos dirigentes e a generalidade dos sectores populacionais, **tenham rompido a estrita separação do tempo colonial entre o espaço político do Estado e o espaço político tradicional (o espaço das etnias), não trouxeram uma efectiva diluição de um espaço no outro.**

Cada um dos espaços, o estatal e o tradicional, tem as suas próprias lógicas, os membros de cada um servem-se das relações que têm no outro principalmente para melhor se posicionarem no seu próprio espaço e só muito lentamente Estado e etnias convergem num mesmo entendimento de campo político e das suas regras³ e no próprio entendimento de Nação.

Na realidade, ao continuar, em última análise, a aplicar-se de forma disfarçada na generalidade dos Estados subsaarianos a regra da pertença de cada indivíduo/grupo cultural a uma parte/a um espaço determinado do campo político, a questão da relação entre Estado-Nação-Etnia tornou-se num elemento em nada displicente das movimentações e manobras políticas e numa das principais fontes dos atritos e conflitos pós-coloniais em África como a história das primeiras décadas das independências o atesta e a dos anos 1990 e 2000 confirma indubitavelmente – vide, nas últimas décadas, por exemplo, entre outros, o teor tribal dos conflitos no Burundi, no Ruanda, na Casa-Mança, no Quénia, na Costa do Marfim, na Somália ou no Darfour.

³ Sobre o conceito de campo, nomeadamente de campo político, ver Bourdieu (1981).

Neste sentido, não só a questão do papel das Autoridades Tradicionais enquanto intermediárias entre o mundo tradicional e o Estado emerge directamente da temática da natureza do Estado em África, como ainda os papéis que as Autoridades Tradicionais desempenham (os velhos, os novos) dependem em muito da relação de forças que, nos diferentes contextos e conjunturas, estabelecem com o Estado e, como veremos em outros pontos, de certa maneira com os novos agentes políticos surgidos nas últimas décadas.

Novos e velhos agentes políticos, novos e velhos protagonismos

As sucessivas tentativas por parte do Estado, primeiro, de extinção das Autoridades Tradicionais e depois simplesmente de codificação dos seus papéis e de circunscrição das suas (novas) funções e o indesmentível redobrar de protagonismo político e social destas nas últimas duas décadas são, num quadro marcado indelevelmente pela crise do Estado Pós-colonial, como veremos, entre outras, a prova do interminável braço de ferro, na África Subsaariana, entre o Estado e as Autoridades Tradicionais desde as independências.

A argumentação neste texto parte pois de duas constatações: a da existência de um braço de ferro interminável Estado-Autoridades Tradicionais e a do papel incontornável destas enquanto mediadoras entre o Estado e as sociedades locais.

Todavia, na actualidade, nesta ultima dimensão, uma outra constatação ganha relevo e tem incontestável importância: não só as Autoridades Tradicionais não são as únicas entidades não estatais a desempenharem papéis de mediação, como todas as estruturas – Estado, Autoridades Tradicionais, “Entidades outras” – que actualmente integram o campo político típico subsaariano se encavalitam umas nas outras, estruturas não estatais nas estatais e estruturas não estatais em outras estruturas não estatais.

Um das características mais marcantes do campo político na África Subsaariana é precisamente o seu carácter composto e, como em outro parágrafo afirmamos, plural, poroso e frequentemente com fortes dimensões de informalidade nas relações entre as várias ‘partes’.

Neste quadro não faria pois sentido não tomar boa nota da pluralidade das entidades não estatais e reduzir a luta política nas sociedades africanas a uma espécie de simples braço de ferro entre Autoridades Tradicionais e Estado, em que ganham as Autoridades Tradicionais na conjuntura em que o Estado está fraco e o Estado quando este está for-

te; eleger, nas relações entre o Estado e a sociedade, esta relação como a única relação em análise, seria caricaturar e expeditamente simplificar uma situação na actualidade bem complexa.

Por outro lado, ainda, não só tomaríamos autoridade tradicional e Estado como entidades homogéneas (no tempo, no contexto), como ainda circunscreveríamos, em termos práticos, os agentes políticos aos, por convenção, agentes organizados – organizados pelo Estado e nas Autoridades Tradicionais.

De facto, tem-se vindo a constatar por toda a África Subsaariana a presença crescente, nos terrenos políticos não estatais, de novos agentes activos, frequentemente organizados e geralmente portadores de interesses parcialmente diferentes e mesmo divergentes dos agentes ditos tradicionais: outros homens/mulheres, outros grupos etários, enfim, outros agentes com historicidades, total ou parcialmente autónomas das Autoridades Tradicionais.

Mesmo assim neste texto, muito embora se tenha em consideração a multilateralidade de relações das várias entidades que integram o campo político, privilegia-se as Autoridades Tradicionais e a sua relação antiga de braço de ferro com o Estado. Seja, pelo papel de intermediárias desempenhado ininterruptamente pelas Autoridades Tradicionais desde o advento do Estado em África; seja, mais recentemente, concomitantemente à acentuação da deliquescência do Estado, pelos novos protagonismos assumidos pelas Autoridades Tradicionais, incluindo frequentemente a disputa de protagonismo com outros agentes em sectores ditos modernos; seja, ainda, pela visibilidade que a chamada retraditionalização das sociedades africanas, como veremos em outro ponto, tem vindo a ganhar e que, entre outros aspectos, se tem dado a ver por importantes movimentos de reconstituição da tradição.

As Autoridades Tradicionais não têm por vocação substituir-se ao Estado

Presentes, directa ou indirectamente, como objecto de análise em quase todas as agendas científicas sobre o político em África desde a década de 1980, as Autoridades Tradicionais, mais recentemente, como aliás a sociedade civil ou as organizações religiosas, são muitas vezes vistas de forma expedita como o lado bom, senão mesmo o lado redentor, da desastrosa situação política, social e económica vivida em inúmeros países subsaarianos.

Apaparicadas, pelo menos no plano do discurso politicamente correcto actualmente em voga, tanto pelos governos nacionais e pelas

ditas sociedades civis e entidades religiosas nacionais, como pela comunidade internacional, as Autoridades Tradicionais são frequentemente apresentadas seja como o rosto da autenticidade africana e, mesmo, como o elemento chave da renascença africana seja, em inúmeras situações, por oposição ao Estado dito fragilizado, falido ou colapsado⁴, como um parceiro mais fiável.

Por outro lado, podemos ainda dizer com alguma ironia que nestes últimos vinte anos, a literatura científica sobre este assunto cresceu pelo menos na mesma proporção da multiplicação dos méritos que são outorgados às Autoridades Tradicionais e do aumento em exponencial dos novos papéis, reais ou imaginados, que lhe são atribuídos, inclusive, a partir de certa altura, de agentes da descentralização do Estado na África Subsaariana (sic)!

Isto é, desvalorizando com alguma insistência, por exemplo, um dos papéis chave que as Autoridades Tradicionais desempenharam no tempo colonial e que na actualidade continuam empenhadamente cumprindo, o papel de intermediárias entre o Estado e as sociedades africanas, são-lhes afectas novas atribuições, incluindo algumas para as quais nem a sua racionalidade, nem o seu interesse político último, minimamente apontam.

De facto, muito embora a sua conhecida capacidade adaptativa⁵, as Autoridades Tradicionais, não estão, por exemplo, vocacionadas para se substituírem ao Estado ou mesmo o reformarem!

Todavia, apesar do acima referido, as funções das autoridades ditas tradicionais não têm deixado de sofrer ao longo do tempo modificações, perdas e mesmo acrescentos. As situações são, na actualidade como no passado, correntes e nos casos de modificações e de novas

⁴ A problematização conceptual não tem acompanhado a abundância de literatura sobre a deliquescência do Estado na África Subsaariana. Fixando-se na descrição das situações, a larga maioria dos trabalhos não consegue tornar qualquer uma das noções que propõe num conceito suficientemente elaborado para, independentemente da situação contextual da descrição, ter capacidade heurística. Todavia, qualquer uma das noções, mesmo que se discorde das razões e das consequências efectivas que delas se tiram em termos de gestão política a médio e longo prazo, insiste na fragilidade das estruturas e nas sistemáticas disfunções do aparelho de Estado, na denegação da lei, na violência corrente e na utilização dos recursos públicos pela clique dirigente. Um bom ponto de situação da literatura sobre esta temática em John (2010).

⁵ As Autoridades Tradicionais são, parafraseando Nieuwaal (1996), como os camaleões!

funções sempre engendrados ou posteriormente reintegrados no quadro das racionalidades políticas ditas tradicionais.

Dito por outras palavras, as eventuais modificações e novas funções das Autoridades Tradicionais não contemplam nem incorporam dimensões que tornem as Autoridades Tradicionais substitutas ou reformadoras do Estado ou de qualquer outra entidade presente no campo político. Como no ditado popular, apesar das aproximações, dos contactos seguidos e das cedências mútuas, na maior parte dos casos na África subsaariana há pelo menos cento e cinquenta anos, cada um no seu lugar: Estado e as Autoridades Tradicionais, cada um no seu lugar, medindo forças e, conforme os contextos e as conjunturas, relacionando-se melhor ou pior.

Alias, a concepção de poder das Autoridades Tradicionais e daquilo que podemos chamar, por analogia anacrónica!, de *governance* em todas as situações – pré-colonial, colonial, pós-colonial⁶ – estão nas antípodas das que informam e suportam a ocupação e a gestão do Estado pelos políticos ditos modernos. Só por miopia intelectual ou interesse político pontual é imaginável considerar os poderes políticos gentílicos como substitutos de poderes modernos ou como agentes de políticas de modernidade e, por arrastamento, actores de políticas, por exemplo, de reforma e democratização do Estado.

Todavia, nada disto impediu que, por exemplo, em conjunturas que tiveram a ver com o fim dos regimes de Partido-Estado/Partido Único – numerosos na África Subsaariana ainda em finais dos anos 1980 – as estruturas tradicionais num certo número de casos, por uma razão ou outra, tenham no passado recente incorporado autoridades locais criadas nos anos 1960 e 1970 pelo Estado e escolhidas (eleitas) por este como agentes do enquadramento político das populações a nível local. Os sobreviventes, que na actualidade estão por quase todo o lado desligados de uma qualquer relação efectiva de subordinação político-administrativa com o Estado e que, em alguns países, integram de forma mais ou menos fluida o aparelho tradicional, faziam parte do lote de autoridades modernas criadas na época para, enquanto legítimas representantes do Estado a nível local, combaterem, na linguagem da época, o obscurantismo, o tribalismo e o fraccionismo das Autoridades Tradicionais!⁷.

⁶ Sobre esta questão ver, por exemplo, debates em Blundo e Le Meur (2009) e Englebert (2000).

⁷ De entre a dezena de exemplos possíveis, destaco o ocorrido com os Comités de Estado de tabanca (Comités de aldeia) criados na Guiné-Bissau logo a seguir à

Aliás, a ilusão, fomentada em muitos casos por políticos confrontados com a “pressionante” necessidade de parar a deslegitimação e a consequente deliquescência do Estado, do papel regenerador do Estado atribuída às Autoridades Tradicionais não passa de uma ficção.

Esta ilusão, tramitada desde a década de 1980 para muitos trabalhos de cariz científico, tornou-se uma verdade transversal a muitas análises sobre o papel das Autoridades Tradicionais, nomeadamente das que confundem, quanto à natureza, violência estatal com violência tribal contra o Estado, das que consideram ter todo o cabimento as Autoridades Tradicionais servirem como primeira instância *ad hoc* de julgamento para crimes e infracções tipificados nos códigos ou das que enfatuam a (nunca demonstrada) partilha de poder estatal entre Estado e Autoridades Tradicionais.

Neste último caso, muitos autores, apesar dos eloquentes desmentidos que a realidade política nesses países nos transmite, continuam, por exemplo, a aduzir elementos de provada partilha de poder, no Uganda, entre o Estado suportado pelo regime de Museveni e os cinco reis, a vislumbrar um qualquer papel importante dos conselhos de chefes no controlo da governação em países como os Camarões, o Burkina Faso ou o Quénia, e, *must of the must*, a apresentar a migração nos dois sentidos de pessoal político entre Estado e instâncias tradicionais

independência e que em finais da década de 1980, ainda no quadro do regime de Partido Único, tinham perdido quase toda a relevância. Estes Comitês compostos de vários elementos da população local eleitos e de um presidente escolhido pelo Partido Único, tinham como objectivo serem os representantes a nível de aldeia do Estado e, pelo menos no papel, deviam gerir todos os assuntos da aldeia e reportarem a níveis hierárquicos superiores (sucessivamente Comité de Estado de Secção, Comité de Estado de Sector, Comité de Estado de Região) todas as questões relevantes. Com alguma presença ainda em meados dos anos 1980, as suas funções foram perdendo rapidamente sentido de tal forma que muitos dos presidentes de Comité de tabanca no início da década de 1990 já mais pareciam um *par inter pares* das Autoridades Tradicionais e em vários casos mesmo pouco mais do que adjuntos dos chefes tradicionais do que o chefe da aldeia nomeado pelo Estado. Conhecidos a partir de certa altura correntemente simplesmente pelo nome de comité, os mesmos presidentes mantiveram-se até à extinção do cargo como comité e mesmo na actualidade, em que a figura do Comité de tabanca desapareceu há muito, em certos locais alguns dos sobreviventes continuam a ser conhecidos pelo nome de comité. É o caso, entre outros, da zona felupe (noroeste da Guiné-Bissau) onde os comité sobreviventes não só continuam a serem chamadas de comité, como ainda vistos como uma espécie de autoridade tradicional... também vagamente investida de uma qualquer relação indefinida com o Estado. Sobre este caso particular, ver uma excelente descrição em Bayan (2010:66-67).

não só como a prova quase provada da compatibilidade entre dois espaços políticos mas também como a demonstração evidente da modernização das Autoridades Tradicionais.

Neste nível de verdades apriorísticas, os chefes tradicionais que são deputados ou ministros e os antigos ministros do Ghana, do Burkina Faso, do Malawi ou do Níger que foram coroados reis são motivo das mais diversas atenções e afirmações concludentes em matéria de compatibilidade e modernidade!

As Autoridades Tradicionais não têm por vocação democratizar o Estado e as sociedades africanas

As estas e às outras funções imaginadas referidas em parágrafos anteriores, acrescenta-se ainda, por exemplo, a da utilização dos instrumentos de participação política contidos nos vários modelos do instituto africano da senioridade na democratização do Estado e na promoção da cidadania na África Subsaariana. Este ponto de vista, muito utilizado na argumentação desenvolvida nas análises sobre a resolução das situações de conflitos e pós-conflitos armados e, afectivamente, devedor do sucesso da mediação na África do Sul pós-apartheid, escamoteia as substanciais diferenças em termos de procedimentos e direitos entre cidadania e senioridade e, decorrentemente, desvaloriza a efectiva incompatibilidade, em termos do papel do indivíduo político nos processos da legitimação do poder, entre as racionalidades políticas afectas respectivamente ao Estado e às instâncias políticas tradicionais⁸.

De facto, à circunstância do indivíduo igual a qualquer outro indivíduo e parte integrante de maiorias/minorias políticas característica da racionalidade que, umas vezes melhor, outras pior, suporta a construção da legitimidade do poder encarnado pelo Estado contra-põe-se, de forma radical, a legitimidade dos espaços políticos tradicionais alicerçada na lógica da desigualdade de direitos dos vários indivíduos, na discussão interminável e na conciliação.

Isto é, a legitimação das decisões e das medidas gestionárias tomadas pelas Autoridades Tradicionais tem em conta o princípio fundador de que uns indivíduos por um conjunto de razões têm sempre, ou num momento preciso, mais ou menos direitos do que outro(s),

⁸ Sobre as questões da cidadania e da senioridade na África Subsaariana, para além de Sardan (1994), ver Jackson e Rosberg (1982) e Mamdami (1996), ver uma boa síntese dos termos da discussão em Bayart, Geschiere e Nyamnjoh (2001).

e assenta na compaginação de interesses, na negociação de pontos de vista e na ponderação diferenciada do peso de interesses e pontos de vista dos vários indivíduos.

Claro, não só compaginação-negociação não excluem conflitos, como ainda nem sempre os mecanismos tradicionais conseguem com eficácia solucioná-los. As sociedades tradicionais africanas também podem entrar em colapso e desagregarem-se!

O Estado, por natureza autoritário, obrigado por vezes a fazer o papel de quase *primus inter pares*

Se no plano das justificações factuais imediatas a renovada relevância das Autoridades Tradicionais e o aparecimento de novos agentes políticos não estatais se encontra em boa parte na deslegitimação do Estado Pós-colonial em África e nos sucessivos vazios que a sua inacção foi criando nas sociedades africanas, no plano da perseverança da situação as justificações advêm sobretudo das substanciais alterações induzidas no campo político africano, nomeadamente das ocasionadas pelo enfraquecimento da posição de centralidade do Estado nele e pela obrigação deste, para além do que tece desde sempre com as Autoridades Tradicionais, tecer braços de ferro com outros agentes.

De facto, para além de tudo o resto, o campo político africano tornou-se não só, como em outro ponto já referimos, um campo composto e plural, como também informal e poroso, onde o Estado foi perdendo em várias situações algumas parcelas da sua capacidade polarizadora das várias partes que o compõem. Em situações limite, o Estado pode mesmo ser acantonado momentaneamente numa posição de pouco mais do que um *primus inter pares* e, por exemplo, obrigado, mesmo que seja só por necessidade táctica, a sentar-se à mesa de conversações compostas de representantes dos partidos, dos órgãos de soberania, da sociedade civil, das Autoridades Tradicionais, das várias confissões religiosas, etc.

Estas situações têm naturalmente, para além do protagonismo que vieram facultar às Autoridades Tradicionais e a outras entidades, dado origem e relevo a factos que nas duas primeiras décadas do pós-independência estavam ausentes ou, mesmo que presentes, tinham muito pouca relevância política.

Na realidade, pontuais ainda no início dos anos 1980, estes novos factos, nomeadamente os que em situações concretas têm imposto ao Estado a necessidade do sentar-se à mesa de negociações, ganharam relevo com as conhecidas conferências nacionais que ocorreram, no

essencial, entre meados da década de 1980 e da de 1990 e permitiram, num número significativo de países, a introdução no sistema eleitoral do multipartidarismo⁹ e, nas situações de pós conflitos armados, com as conferências de reconciliação nacional¹⁰, tornaram-se nos nossos dias um expediente muito usado¹¹ para tentar desatar situações políticas complexas, nomeadamente nas que decorrem de becos sem saída engendrados pela governação, de processos eleitorais contestados ou da interferência de militares na vida política¹².

Novos actores, novos desafios para o Estado... e para Autoridades Tradicionais

Estes factos, importantes não só *per si*, mas também pela função de desmontagem de ideias feitas sobre a (falta de) vivacidade e criatividade das respostas sociais e políticas em África e da ideia falsa que esta não pauta as suas políticas pela necessidade de articulação entre condicionantes endógenas e exógenas, ganharam grande impulso nos últimos

⁹ Sobre estas conferências ver um apanhado de situações em Daloz e Quentin (1997).

¹⁰ A chamada sociedade civil apareceu em África, concomitantemente com o aparecimento das primeiras ONGD locais, por altura destas conferências e tiveram em algumas delas papéis de algum relevo; muitos chefes tradicionais foram chamados a intervir nestas conferências e no caso das entidades religiosas algumas fizeram mesmo o papel de figura tutelar, como foi o papel desempenhado, em diversas ocasiões, por figuras proeminentes da igreja católica em Angola e das várias igrejas cristãs e muçulmanas na Guiné-Bissau, em Moçambique ou na Nigéria. Peso importante tiveram igualmente na África do Sul no período de transição e no imediato pós-apartheid, a par de personalidades de outras entidades (partidos, sindicatos, associações, estruturas políticas tradicionais) inúmeros líderes cristãos, muçulmanos e hindus.

¹¹ Estas mesas redondas juntando múltiplos parceiros, acarinhadas por muitos dos protagonistas, endeusadas por outros e nem sempre visto com bons olhos pelo poder em exercício, quase que já fazem parte, na actualidade, dos manuais de boas práticas pela dita comunidade internacional.

¹² Vide, por exemplo, a composição do *Conseil consultatif sur les réformes politiques* (CCRP) criado no Burkina Faso depois dos recentes motins militares (<http://www.laborpresscom.net/index.php?limitstart=42>), e o teor desta notícia (o sublinhado e o ponto de exclamação são meus): O Presidente da República, Malam Bacai Sanha, recebeu esta terça-feira, 26 de Julho, os partidos com assento parlamentar e os representantes da sociedade civil, com o fim de obter esclarecimentos sobre o actual cenário político do país! (<http://www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=27298>).

anos e as sua influência na complexificação do campo político e decorrentemente no desenrolar da vida política, social e cultural são, como o testemunha a actualidade política africana, de grande importância.

De entre estes factos, destacam-se pela sua importância:

- o aparecimento, a par do ressurgimento da intervenção cívica e política dos clássicos movimentos associativos de cariz essencialmente urbano, alguns com proximidades electivas a movimentos associativos de resistência no tempo colonial e da progressiva libertação em vários países africanos dos sindicatos da tutela do Estado, no interior do campo político de novos actores produzidos a partir da parte moderna das sociedades africanas, os chamados membros da sociedade civil¹³;
- o surgimento em muitos países da África Subsaariana, paralelamente ao fortíssimo crescimento nas últimas décadas do número de igrejas africanas independentes¹⁴, de novos agentes religiosos directa ou indirectamente ligados a grupos evangélicos não africanos;

¹³ A apreensão de quem é sociedade civil em África afasta-se bastante da noção canónica e, qual saco de gatos, inclui tudo e mais alguma coisa e varia de situação para situação. Para além das ONGD, dos sindicatos e dos movimentos associativos de cariz urbano e moderno, inclui por norma organizações civis fabricados a partir de instituições religiosas e pode num momento ou outro, por exemplo, incluir também formas associativas de cariz tradicional. Sobre o entendimento de sociedade civil em África, ver, por exemplo, Chabal e Daloz (1999), Carbone (2005), Fletcher e Takirambudde (2006), Orvis (2001) e Young (1994); ver debates sobre o conceito em Chambers e Kymlicka (2002) e Kaviraj e Khilnani (2001).

¹⁴ Geralmente autónomas umas em relação às outras, muitas delas consequência natural de movimentos proféticos e recobrando uma enorme diversidade de cultos inspirados no cristianismo evangélico e pentecostal, as Igrejas Africanas Independentes que no passado tinham tradicionalmente maior expressão nas antigas colónias inglesas não só se encontram hoje disseminadas um pouco por toda a África subsaariana, como ainda têm conseguido resistir à pressão das sucursais de igrejas aparentadas com sede em países não africanos (Estados Unidos, Brasil). Como muitas destas últimas, as Igrejas Africanas Independentes comparativamente dão pouca importância à exegese dos textos bíblicos e grande destaque à graça (carisma) dos seus líderes e distinguem-se delas, entre outros aspectos, pelo seu fortíssimo sincretismo. Algumas destas igrejas conseguiram projectar-se para além da sua sede e constituíram-se em movimento com delegações em vários países africanos e mesmo no seio das diásporas (das Church of the Lord – Aladura, do Shembismo, do Ngunzismo, do Kinzanguismo, do Zionismo, etc.)

- o aparecimento, em número significativo, nas regiões islamizadas da África Subsaariana, de novos agentes político-religiosos ligados ao ressurgimento/ao aumento de intervenção política por parte de novas correntes do islão, alguns, para além de ligações doutrinárias a escolas de pensamento religioso, com efectivas relações a organizações de proselitismo sediadas no mundo árabe;
- o acelerar da africanização da hierarquia e do *modus operandi* das igrejas cristãs chegadas a África na esteira dos colonizadores.

De facto, não só o aparecimento de actores de novo tipo veio aumentar ainda mais a complexidade das relações no interior do campo político, como ainda a tradicional representação de modernos e tradicionais respectivamente pelo Estado e pelas estruturas ditas tradicionais, se complexificou.

Por um lado, os actores da sociedade civil não são exactamente os exclusivos representantes dos grupos sociais modernos que circulam no interior do campo político africano, nem os agentes do islão político ou os pregadores das seitas evangélicas são a simples versão, respectivamente, mais moderna dos dignitários político-religiosos muçulmanos tradicionais, omnipresentes parceiros do Estado desde o tempo colonial nos países total ou parcialmente islamizados, ou mais agitada e africanizada dos pastores das igrejas protestantes encartadas; por outro lado, independentemente da sua origem estes novos agentes introduzem no campo político factores e interesses anteriormente pouco ou mesmo não representados, caso, por exemplo, do factor democracia inscrito nos movimentos patrocinados pela sociedade civil ou das lógicas de supremacia religiosa-política avançadas, por exemplo, pelas correntes muçulmanas arabófonas ou, num registo diferente, pelos pregadores evangélicos, ou ainda, num outro registo, pelos padres católicos africanos e não africanos¹⁵.

¹⁵ (...) o revivalismo religioso tanto muçulmano como das igrejas cristãs impregna fortemente a via social de boa parte das populações (...), incluindo dirigentes dos mais altos lugares hierárquicos do Estado (...) O fenómeno dos *born again*, em África inicialmente confinado aos sectores protestantes interconectados com as igrejas neo-pentecostais americanas, generalizou-se a quase todos os sectores cristãos e tem, na movida islamista, o seu correspondente: o fervor prosélito dos missionários (*da'iyha*) dos múltiplos movimentos de retorno ao islão (movimentos *de da'wa*) que se cruzam e descruzam desde há mais de três décadas nos países sub-saarianos com presença significativa de muçulmanos (Dias, 2010:182)

Importa ainda salientar que, nos casos acima enunciados, a presença de líderes e forças religiosas em, por vezes violenta¹⁶, competição no campo político se insere num vasto movimento iniciado em alguns países subsaarianos ainda nos anos 1970 e que nos nossos dias ganhou foros de fenómeno incontestável: o do retorno das religiões.

Em boa parte resposta à crise endémica do Estado e ao empobrecimento galopante das populações, o retorno das religiões, não só veio alterar significativamente o relacionamento dos crentes com a religião, o aparato ritual e, como é possível constatar por todo o lado, os suportes adjudicados à transmissão da mensagem religiosa¹⁷, como ainda tornou as religiões, a par de consabidos lugares de produção de visões do mundo e de produção identitária, no plano político, importantes instrumentos de reestruturação societal e de reformatação do campo político.

A presença da religião no jogo político subsaariano é nos nossos dias incontornável¹⁸.

Agendas internacionais e os seus termos de referência no discurso dos diferentes agentes políticos

A estes quatro factos, indiscutivelmente importantes e que vieram como vimos complexificar o campo político e questionar o papel do Estado no jogo político africano, acrescenta-se o da gradual inscrição

¹⁶ Como são os casos, por exemplo, do Quénia, da Costa do Marfim e sobretudo da Nigéria onde, nas zonas de partilha de mercado – as zonas onde nem cristianismo nem islão são maioritários ou suficientemente maioritários, fundamentalismo das igrejas pentecostais e sectores radicais da movida do *da'wa* se confrontam, com os mais variados pretextos, desde há décadas.

¹⁷ (...) incrustando-se na actividade religiosa e fazendo indiscutivelmente parte dos instrumentos de suporte adjudicados ao proselitismo, nuns casos o reforço e noutros a criação de raiz de estruturas especialmente vocacionadas para a oferta de bens e serviços aos adeptos e às comunidades onde as religiões operam. A ideia funDACIONal de que a religião deve cuidar tanto da alma como do corpo ganhou, num quadro sócio-económico como o subsaariano marcado por dificuldades endémicas e pela pauperização galopante de vastos sectores populacionais, com estas estruturas, novo impulso (Dias 2010: 183).

¹⁸ Sobre o retorno da religião e o renovado protagonismo político das religiões na África Subsaariana, ver por exemplo, Dozon (2008), Ellis e Haar (2004), Gifford (1998), Gomez-Perez (2005), Haynes (1996), Milles (2007) e Otayek e Soares (2009); ver uma síntese em Dias (2010).

dos termos de referência das organizações internacionais e dos Estados doadores no discurso dos actores de todas as partes, de todos os espaços políticos, que compõem o campo político nos países subsaarianos (transparência, boa governação, glorificação do mercado, sacralização da sociedade civil, democracia, menos Estado, prestação de contas, etc.).

Com efeito, o factor transplante para a cena política africana de agendas de organizações internacionais ou de Estados do Norte veio, com todo o seu cortejo de medidas persuasivas-coercivas anexas, desequilibrar muitas das relações entre parceiros do campo político africano.

Para a dita comunidade internacional – um termo, como o de sociedade civil, muito em voga em África desde os anos 1980 e tomado nos países subsaarianos sobretudo na acepção de Organizações e Estados doadores, a sociedade civil, independentemente da sua efectiva existência como sociedade civil, é tomada como representante das populações e como principal motor da democratização, as estruturas políticas tradicionais e os seus dignitários vistos, respectivamente como proto-estruturas e, paradoxalmente, agentes de descentralização e guardiões das tradições... e, (quase) por consequência, os líderes religiosos olhados expeditamente como facilitadores – outro termo actualmente muito em voga, isto é, como agentes políticos com capacidade para juntarem parceiros desavindos e interesses divergentes.

Todavia, produto de uma intervenção iniciada nos anos 1980 com os célebres programas de ajustamento estrutural impostos pelo FMI, a injunção de agendas pelos doadores (Estados, organismos internacionais) pouco tem a ver com as formas de imposição ocorridas nos anos 1960 e 1970 e inscritas na luta entre os então dois blocos político-militares de escala planetária, o ocidental e o socialista. Trate, neste caso de, pela imposição de *guidelines* e outros manuais de utilização, avaliar, com base num imaginado ideal-tipo de bons comportamentos, as condutas políticas e, conforme os casos, gratificar as boas práticas ou punir as consideradas desviantes.

O condicionamento de doações e financiamentos à aplicação por parte dos Estados africanos de um certo número de regras económicas e políticas (redução das despesas sociais, emagrecimento do Estado, abertura dos mercados, pluripartidarismo), a pilotagem sistemática pelas ONGD do Norte dos projectos conduzidos, no terreno, pelas do Sul, a presença assídua de observadores mandatados pelas organizações internacionais para avaliarem os processos eleitorais africanos (candidaturas, campanhas, votações) ou as diferentes intervenções

exteriores nos conflitos internos são uma boa prova da imposição de agendas aos países africanos por parte da dita comunidade internacional. Uma tarefa, na actualidade, muito facilitada pela notória perda de capacidade negocial do Estado¹⁹, pela crescente transnacionalização das religiões do livro, pelo reforço das relações de dependência, no mundo da cooperação e desenvolvimento, do Sul em relação ao Norte, pelo papel insubstituível que a ajuda externa tem no quotidiano das populações subsaarianas e... pelo acesso fácil, no quadro da dita mundialização da informação, ao pensamento único destilado pelos grandes órgãos de comunicação mundiais e localmente, quanto ao conteúdo da mensagem, retomado quase integralmente.

Um dado novo nas relações das Autoridades Tradicionais com o Estado: a retraditionalização das sociedades africanas

Todavia, o debate sobre as condições em que se trava o braço de ferro Estado-Autoridades Tradicionais, não se circunscreve à descrição das justificações factuais imediatas, nem mesmo à compulsão dos diferentes agentes políticos e respectivas lógicas e práticas políticas que circulam na actualidade nos campos políticos dos países subsaarianos.

Na minha opinião, o debate deve também centrar-se globalmente nas razões do desconforto que tem sido para os agentes políticos africanos, incluindo muitos do sector dito moderno, a implementação do Estado Pós-colonial em África, e, no caso preciso do braço de ferro das Autoridades Tradicionais com o Estado, nas curvas e contra curvas do confronto e negociação entre modernidade e tradição.

Isto é, na análise do processo de afirmação, para muitos autores caótica, da sua africanidade a que muitas sociedades subsaarianas têm estado sujeitas desde as independências; dito de outro modo, na análise dos processos de retraditionalização das sociedades africanas subsaarianas.

Simple processo de recomposição resultante da deslegitimação do Estado para alguns autores ou, como outros autores afirmam, processo interminável de confronto e negociação entre a tradição e a

¹⁹ Perda de capacidade negocial devida ao estado social, económico e político calamitoso resultante em vários países africanos, por exemplo, da continuada confusão no plano das relações com a comunidade internacional entre interesses do Estado e dos seus dirigentes ou da exclusão do Estado pelos seus próprios dirigentes da negociação de rendas associadas a matérias primas e a investimento directo estrangeiro.

modernidade, a retraditionalização das sociedades, é, na África Subsaariana, em simultâneo, uma realidade dada a ver por importantes movimentos de reconstituição, a partir de percepções modernas, de usos e costumes ditos tradicionais (e africanos!) e um processo em permanente actualização²⁰.

Isto é, também, dado que assente em percepções que tiram da conjunturalidade as indicações e da subjectividade (cultural) o quadro de interpretação, um processo que, para além de, por natureza, ambíguo, é incapaz de ser conduzido fora do estrito quadro de relacionamento das realidades objectivas do momento ditadas pela oportunidade e pela necessidade com ditames (os preconceitos) impostos pela chamada tradição²¹.

Daí que, por exemplo, slogans como Liberdade, Modernidade, Cidadania – o slogan que remata todas as declarações de um partido político angolano que desde há uns anos a esta parte apela à autenticidade africana, vide à tradição, para além da ambiguidade da formulação nada de verdadeiramente paradoxal apresentam... a não ser, neste caso preciso, o emparelamento da Modernidade entre a Liberdade e a Cidadania ou se quisermos, numa outra perspectiva de visualização, do encadeamento das palavras no slogan, a posição de galheteiro da Modernidade!

As noções de Liberdade, de Modernidade e de Cidadania, no passado conotadas com o sector moderno da sociedade, há muito que deixaram de ter direitos de autor e, como tal, cada um, tem delas um entendimento próprio e faz delas o uso que puder ou quiser; no caso particular do mundo tradicional, um entendimento, como vimos em outro ponto deste texto a propósito das substanciais diferenças em termos de entendimentos, procedimentos e direitos entre cidadania e senioridade, enquadrado nas racionalidades políticas ditas tradicionais e um uso com elas compaginado.

O mesmo se poderá dizer da utilização corrente da feitiçaria no combate político no espaço do Estado ou dos casos, aparentemente nas antípodas do atrás referido, de utilização maciça de meios de

²⁰ Sobre a questão da retraditionalização das sociedades africanas ver, por exemplo, Chabal e Daloz (1999) e Geschiere (1995) e o “diálogo” entre estes autores num artigo de Geschiere (2000); ainda sobre esta questão ver perspectivas em parte diferentes das dos autores anteriores em Hobsbawm e Ranger (1983).

²¹ Sobre o conceito de tradição ver uma excelente equação dos termos debate em Shils (1992).

comunicação modernos por muitas Autoridades Tradicionais para passarem as suas mensagens ou de renomeação de cargos/criação de cargos com nomes (e funções) imitando o que se passa, por exemplo, a nível das estruturas do aparelho de Estado.

Se no primeiro caso se trata de um situação antiga que vinda do mundo tradicional fez um caminho próprio na parte moderna das sociedades e que nunca como agora, no tempo do multipartidarismo e dos múltiplos apelos à lisura nos processos eleitorais²², teve tão grande expressão, nos outros dois casos eram praticamente desconhecidos na maioria dos países africanos ainda há uma dúzia de anos.

As idas de chefes tradicionais com algum peso à televisão, as declarações e entrevistas na rádio e à imprensa escrita assim como, por exemplo, em vários países, o patrocínio por eles de estações de rádio comunitárias, são na actualidade correntes; também correntes no aparelho das estruturas tradicionais com alguma dimensão ou junto da hierarquia das confrarias muçulmanas as funções tão aparentemente modernas como as de porta-vozes para a imprensa, de responsável pelas finanças, de assessor do chefe a ou de responsável pelas relações externas, havendo mesmo nesta última situação casos como o do Sultanato Haussa de Damagaram (Burkina Faso), ou da confraria Mouride, (Senegal) em que o titular das funções é correntemente conhecido e desenvoltamente apresentado pelas respectivas estruturas como o seu ministro dos negócios estrangeiros!

No caso da confraria mouride, o actual responsável das relações externas, Serigne Mame Mor Mbacké Mourtada é por toda gente, incluindo pelos representantes do Estado na região onde se situa a cidade santa dos mourides (Touba), chamado de ministro dos negócios estrangeiros da confraria e tratado como tal e, entre outras funções reservadas, Serigne Mourtada auto-atribuiu-se a de, em exclusividade, com o consentimento do Califa Geral, nomear embaixadores!

²² “Sendo o discurso em torno da feitiçaria ostensivamente metafórico, passa agora, asseguram os autores da corrente *The Modernity of Witchcraft* [nomeadamente, Peter Geschiere], a ser uma alegoria de uma sociedade capitalista selvagem, sem contra-pesos institucionais, em que o ganho de uns poucos arrasta a pobreza de muitos, num jogo de soma zero, que pode ser verificado percorrendo as ruas dos países africanos, bem como os corredores do poder” (Figueiredo, 2009: 74). Sobre a modernidade da feitiçaria para além de Chabal e Dalloz (1999) e Geschiere (1995), ver, por exemplo, debates em Comaroff e Comaroff (1993), Moore e Sanders (2002) e nos Cahiers d’Études Africaines (2008). Sobre este assunto, ver ainda, dois estudos de caso: Ashforth (2005) e West (2009).

Estes três exemplos, para além de esclarecedores do duplo sentido da circulação de factos e de ideias no campo político subsaariano e da ténue linha de separação entre as suas diferentes partes, atestam também a ambiguidade das situações e, na dimensão de análise prioritariamente convocada neste texto, a complexificação das relações entre o Estado e as Autoridades Tradicionais nas últimas décadas.

O braço de ferro entre o Estado e as Autoridades Tradicionais, hoje como no passado uma constante nos campos políticos subsaarianos, ganhou com a evidente retraditionalização das sociedades africanas novos desenvolvimentos. Mais do que não seja pelo facto de, ao contrário do passado, a linha de separação entre o tradicional e o moderno e as fronteiras entre as diferentes partes do campo político, serem frequentemente ultrapassadas por todos os agentes políticos, independentemente do seu posicionamento.

Bibliografia

- Ashforth, Adam. 2005. *Witchcraft, violence, and democracy in South Africa*, Chicago, University of Chicago Press.
- Bayan, Lucia, 2010, *Autoridades Tradicionais, insegurança alimentar e gestão de recursos: um estudo de caso no Reino Felupe de Suzana (Guiné-Bissau)*, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Bayart, Jean-François, 1996, *L'illusion identitaire*, Paris, Fayard.
- Bayart, Jean-François, Ellis, Stephen e Hibou, Béatrice, 1997, *La Criminalisation de l'Etat en Afrique*, Bruxelles, Edition Complexe
- Bayart, Jean-François, Geschiere, Peter et Nyamnjoh, Francis, 2001, "Autochtonie, démocratie et citoyenneté en Afrique", *Critique internationale*, 10: 177-194.
- Blundo, Giorgio e Le Meur, Pierre-Yves (eds), 2009, *The Governance of daily life in Africa. ethnographic – Explorations of public and collective services*, Leiden, Brill.
- Bourdieu, Pierre, 1981, "La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37: 3-24.
- Cahiers d'études africaines*, 2008, *Territoires sorciers*, n° 189-190.
- Chambers, Simone e Kymlicka, Will (eds), 2002, *Alternative conceptions of civil society*, Princeton, Princeton University Press.
- Chabal, Patrick e Daloz, Jean-Pascal, 1999, *Africa works: disorder as a political instrument*, Oxford, James Currey.

- Comaroff, John, Comaroff, Jean (eds), 1993, *Modernity and its malcontents: ritual and power in Postcolonial Africa*, Chicago, University of Chicago Press.
- Daloz, Jean-Pascal e Quentin, Patrick (eds), 1997, *Transitions démocratiques africaines*, Paris, Karthala.
- Dias, Eduardo Costa, 2010, “Proselitismos, Revivalismos e Redes Religiosas – Situações Pós-coloniais Africanas”, *Janus 2010*, Lisboa, Público/Universidade Autónoma de Lisboa: 182-183.
- Dozon, Jean-Pierre 2008, *L’Afrique à dieu et à diable – États, ethnies et religions*, Paris, Ellipses.
- Ellis, Stephen e Haar, Gerrie Ter, 2004, *Worlds of Power – Religious thought and political practice in Africa*, Londres, Oxford University Press, 2004
- Englebert, Pierre, 2000, *State legitimacy and development in Africa*, Boulder, Lynne Reinner.
- Englebert, Pierre, 2009, *Africa: unity, sovereignty, and sorrow*, Boulder, Lynne Reinner.
- Figueiredo, José de Castro Maia Veiga, 2009, “Bético do homem branco: ruptura e continuidade na concepção de ‘feitiço’ nos diários de viagem de António Brandão de Mello (1909-1915), *MNEME*, 26 (<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme%2073>)
- Fletcher, Kate e Takirambudde, Peter, 2006, “Civil society in governance & poverty alleviation”, in Ndulo, Muna (ed) *Democratic reform in Africa: its impact on governance and poverty alleviation*, Athens-Ohio University Press: 68-78.
- Florêncio, Fernando, 1998, *O papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique*, Lisboa, Brief papers, CESA-ISEG
- Gascon, Alain, 2009, “L’Ethiopie tendra les mains vers Dieu: 2000 ans d’État éthiopien”, *L’Espace Politique*, 7 (<http://espacepolitique.revues.org/index1257.html>).
- Geshiere Peter, 1995, *Sorcellerie et politique en Afrique – La viande des autres*. Paris, Karthala.
- Geshiere, Peter, 2000, “Sorcellerie et modernité: retour sur une étrange complicité”, *Politique Africaine*, 79: 17-32.
- Gifford, Paul, 1998, *African christianity, its public role*, Londres, Hurst & Co.
- Gomez-Perez, Murriel (ed.) 2005, *L’Islam politique au sud du Sahara – Identités, discours, enjeux*, Paris, Karthala.
- Haynes, Jeffrey, 1996, *Religion and politics in Africa*, Londres, Zed Books
- Herbst, Jeffrey, 2000, *States and power in Africa – Comparative lessons in authority and control*, New Jersey, Princeton University Press.

- Hobsbawm, Eric e Terence Ranger, Terence (eds.), 1983, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Jackson, Robert H. e Rosberg, Carl Gustav, 1982, *Personal rule in Black Africa – Prince, autocrat, prophet, tyrant*, Berkeley, University of California Press
- John, Jonathan Di, 2010, “The concept, causes and consequences of failed States: a critical review of the literature and agenda for research with specific reference to Sub-Saharan Africa”, *European Journal of Development Research*, 22: 10–30.
- Kaviraj, Sudipta e Khilnani, Sunil (eds), 2001, *Civil society: history and possibilities*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Le Roy, Etienne e Trotha, Trutz von (eds), 1993, *La violence et l'État – Formes et évolution d'un monopole*, Paris, L'Harmattan.
- Mamdani, Mahmood, 1996, *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*, Londres, James Curry.
- Milles, William (ed.), 2007, *Political islam in West Africa: state-society relations transformed*, Boulder, Lynne Rienner
- Moore, Henrietta e Sanders, Todd (eds), 2002, *Magical interpretations, material reality: modernity, witchcraft and the occult in Postcolonial Africa*, Londres, Routledge.
- Nieuwaal, Emile A. van Rouveroy van, 1996, “State and chiefs: Are chiefs mere puppets?”, *Journal of Legal Pluralism*, 37-38: 39-78.
- Nieuwaal, Emile A. van Rouveroy van, 2000, *L'État en Afrique face à la chefferie – Le cas du Togo*, Paris, Karthala.
- Orvis, Stephen, 2001, “Civil society in Africa or african civil society”, *Journal of Asian and African studies*, 36-1: 17-38.
- Otayek, René e Soares, Benjamim (eds), 2009, *Islam, état et société en Afrique*, Paris, Karthala.
- Ranger, Terence e Vaughan, Olufemi (eds), 1993, *Legitimacy and the State in twentieth century Africa*, Londres, Macmillan.
- Sardan, Jean-Pierre Olivier de, 1994, “Séniorité et citoyenneté en Afrique pré-coloniale”, *Communications*, 59: 119-136.
- Shils, Edwards, 1992, “Tradição”, in Shils, Edwards, *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel: 293-341.
- Young, Crawford 1994, “In search of civil society”, Jonh W. Harbeson, John, Donald Rothchild et Naomi Chazan (eds), *Civil society and the state in Africa*. Boulder, Lynne Rienner: 33-49.
- Young, Crawford, 1997, *The African colonial state in comparative perspective*, New Haven, Yale University Press.
- West, Harry, 2009, *Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda*, Moçambique Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.